

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.^a Presidente da Assembleia da República

Muitas escolas espalhadas por todo o país estão a registar um número crescente de crianças e jovens em idade escolar que são obrigados a interromper os estudos para acompanhar os pais que emigraram ou vão emigrar por causa da grave crise económica que Portugal atravessa. Este abandono escolar de crianças e jovens para irem viver noutros países pode ter pesadas consequências no seu percurso formativo, uma vez que são transferidos para contextos totalmente estranhos, com uma língua que não dominam e novas regras culturais e ambientes sociais.

A interrupção do ano escolar pode ter pesadas repercussões no futuro destes jovens, porque perdem pelo menos um ano letivo e poderão perder mais se o processo de adaptação for difícil, o que pode prejudicar irremediavelmente o seu percurso académico e profissional, devido ao atraso nos estudos de que são vítimas.

Com efeito, as informações disponíveis sobre os filhos de portugueses residentes em vários países revelam que os seus níveis de escolaridade são relativamente reduzidos, por vezes abaixo da média relativamente a outras comunidades estrangeiras e que existe um acentuado abandono escolar, o que justifica uma atenção acrescida a estas situações por parte do Governo.

Não obstante as escolas de norte a sul do país terem muitas dezenas e, nalguns casos, mesmo centenas de registos de abandonos por causa da emigração, as escolas não têm instrumentos para conhecer esta realidade nem para fazer algum tipo de acompanhamento e de aconselhamento a pais e filhos que abandonam Portugal rumo a outros países.

Seria necessário, portanto, saber mais sobre estas situações e, sobretudo, quantas crianças e jovens estão a abandonar os estudos para emigrarem, de que escolas são originários e para que países vão, de forma a perceber-se melhor as dificuldades que poderão enfrentar e assim tornar possível proporcionar algum tipo de acompanhamento que lhes permita uma adaptação mais fácil. Além disso, é importante saber com que celeridade e com que eventuais constrangimentos se estão a processar as transferências das matrículas para as escolas dos países para onde os jovens vão emigrar.

Com efeito, nestes casos os jovens deveriam poder dispor de algum tipo de apoio e aconselhamento para atenuar os prejuízos decorrentes desta situação. Para isso seria também

fundamental que houvesse uma colaboração estreita entre o Ministério da Educação, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a rede consular portuguesa, o que atualmente não existe.

Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, solicito ao Senhor Ministro da Educação e ao Senhor Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros os seguintes esclarecimentos:

- O Ministério da Educação sabe quantas crianças e jovens abandonaram a escola por motivos de emigração?
- O Ministério da Educação possui alguma informação relacionada com a emigração de crianças e jovens em idade escolar que permita compreender melhor este fenómeno? Se sim, que tipo de informação existe?
- Está o Governo em condições de dizer com que celeridade e com que eventuais constrangimentos se estão a processar as transferências das matrículas para as escolas dos países para onde os jovens vão emigrar?
- Não considera o Governo que seria muito importante analisar estas situações e agir no sentido de atenuar os prejuízos para o percurso escolar dos alunos obrigados a emigrar?
- Encara ou não o Governo estabelecer uma articulação entre o Ministério da Educação e o Ministério dos Negócios Estrangeiros de forma a obter um conhecimento mais aprofundado desta situação que permita apoiar as famílias que estão nesta situação?

Palácio de São Bento, segunda-feira, 24 de Junho de 2013

Deputado(a)s

PAULO PISCO(PS)

MARIA DE BELÉM ROSEIRA(PS)

RUI JORGE SANTOS(PS)

ODETE JOÃO(PS)

MARIA GABRIELA CANAVILHAS(PS)